



Rua Teixeira de Freitas, 31 - 5o andar, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20021-902  
Telefones: (21) 3037-6493 - www.ancine.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.002048/2018-71

### CONTRATAÇÃO DE CIRCUITO DE DADOS LINK DE ACESSO INTERNET

Gerência de Tecnologia da Informação  
Coordenação de Infraestrutura e Segurança da Informação

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telecomunicações para acesso exclusivo a rede mundial Internet, incluindo o fornecimento de circuito de comunicação de dados, locação de equipamentos, gerenciamento e instalação, na cidade do Rio de Janeiro.

1.2. ITEM PARA COTAÇÃO:

Item	Objeto	Qtde.
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telecomunicações para acesso exclusivo a rede mundial Internet, incluindo o fornecimento de circuito de comunicação de dados, locação de equipamentos, gerenciamento e instalação, na cidade do Rio de Janeiro.	01

1.2.1. Os preços referentes ao serviço deverão ser discriminados da seguinte forma:

1.2.1.1. A instalação e as configurações pertinentes, serão pagas uma única vez na habilitação, conforme entrega baseada no **item 7.2 deste Termo de Referência**.

1.2.1.2. **O licitante deverá enviar planilha discriminada contendo o preço do serviço propriamente dito e da Instalação**, de modo que a ANCINE possa subtrair tal valor posteriormente na gestão contratual.

1.2.1.3. Custo mensal do serviço que incluirá os custos de acesso à rede da licitante e/ou Internet, meio físico, manutenção, suporte técnico, mudanças de configuração (hardware e software) que estejam contempladas neste termo de referência e equipamentos necessários.

1.2.1.4. Este valor será pago mensalmente independentemente do nível de utilização e sobre o qual incidirá as penalidades, caso existam. Todos os impostos cabíveis deverão estar incluídos no preço.

1.3. As especificações técnicas referentes ao objeto estão contempladas no ANEXO I-A deste Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A possibilidade das pessoas e empresas poderem se comunicar, interagir e transacionar através da rede mundial de computadores é uma das faces de uma mudança estrutural em nossa sociedade, chamada “Era da Informação”, onde cada vez mais, a informação digitalizada, passa a ocupar um papel central em nossas interações sociais e em nosso dia a dia. Hoje em dia, é condição sine qua non o ambiente corporativo estar disponível 24 horas x 7 dias da semana nos 365 dias do ano na Internet.

2.2. Diante disto, a ANCINE como Agência Reguladora do Audiovisual Brasileiro, necessita disponibilizar, através da Internet, acesso à rede mundial de computadores aos seus usuários internos, bem como, prover acesso dos seus sistemas ao público externo, estando ele localizado em qualquer lugar do Mundo.

2.3. Para manter a qualidade dos serviços oferecidos no ambiente corporativo e acompanhar a evolução do ambiente computacional da ANCINE, bem como, a manter os escritórios localizados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, faz-se necessário prover um ambiente de comunicação de dados seguro, robusto e, principalmente, redundante, pois, caso haja falha no circuito de dados provido pela Rede Nacional de Pesquisas – RNP a esta Agência, haverá uma rota alternativa a já existente, tornando o acesso à INTERNET e às conexões entre os escritórios que compõem a Agência sempre disponíveis.

2.4. Cabe ressaltar que este provedor a ser contratado entregará serviço que será utilizado em paralelo com os serviços já disponibilizados pela RNP, com isto, os recursos computacionais gerados e entregues pela ANCINE terão um incremento em sua capacidade, disponibilidade e qualidade, tornando todo o processo mais tolerante a falhas.

2.5. A instalação do item 1 deverá ser realizada pela empresa contratada, a exceção da subcontratação conforme item 22 deste Termo de Referência. Isto é necessário pelo fato de toda a qualidade necessária a entrega do serviço bem como a disponibilização de todos os materiais e equipamentos pertinentes à contratação e sua devida configuração estar diretamente ligada à instalação.

### 3. RESULTADOS ESPERADOS

3.1. A contratação da garantia e suporte dos ativos de rede irá prover um ambiente mais seguro e confiável na infraestrutura computacional da ANCINE. Pode-se citar:

3.1.1. **Alta disponibilidade:** redução do tempo de indisponibilidade dos serviços on-line da ANCINE, reduzindo a dependência de um fornecedor único;

3.1.2. **Capacidade:** visando garantir desempenho adequado para atender todo o leque de aplicativos da Agência Nacional do Cinema (SAD, SEI e seus subsistemas) bem como prover a melhor qualidade e experiência de acesso pelo público externo aos respectivos sistemas disponibilizados pela ANCINE;

3.1.3. **Baixa latência:** visando garantir a qualidade e eficiência do serviço contratado;

3.1.4. **Monitoramento proativo:** visando compartilhar a responsabilidade de manter os serviços ativos para minimizar os tempos de parada dos serviços que são essenciais ao bom funcionamento da ANCINE;

3.1.5. **Tolerância a falhas:** os serviços que são providos por esta solução são críticos e reduzir o tempo e quantidade de interrupções é essencial.

### 4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

4.1. Esse projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional desta Agência aprovado pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC) 2017-2020, acessado através do link:

<https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/relatorios/outros-relatorios/pdtic-plano-diretor-de-tecnologia-de-informa-o-e-comunica-o-2017>

Mais especificamente ao Plano de Ações de IDs: A1-6 e B1-3, referente à descrição de ação “Expandir e Otimizar Serviços de TI por meio de Aquisição e Implementação de Infraestrutura Física e Lógica de TI”.

### 5. DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

5.1. Ressalta-se que os serviços em questão se enquadram na categoria de serviço comum, uma vez que possui padrão de desempenho e de qualidade que estão objetivamente especificados neste Termo de Referência e seu ANEXO I-A, e no Edital, nos termos do Art. 4º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

### 6. LOCAL DA INSTALAÇÃO

6.1. O serviço, seus equipamentos e acessórios necessários (descritos no ANEXO I-A) deverão ser entregues, instalados e configurados no seguinte endereço:

6.1.1. Avenida Graça Aranha nº. 35 sala 607, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP 20030-002.

### 7. PRAZO DE ENTREGA

7.1. O prazo de entrega, instalação e configuração referente ao objeto contratado especificado conforme item 1.2 deste Termo de Referência, é de no máximo, **120 (cento e vinte) dias corridos** contados a partir da assinatura do contrato.

7.2. Para efeito de entrega, instalação e configuração do objeto da contratação, explicitado no item 1.2 deste Termo de Referência, considerar-se-á a **fase 1**, conforme abaixo:

<b>FASE 1</b>	Prestação de serviços de conexão e trânsito IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet de 1 Gbps (um gigabit por segundo), utilizando o protocolo BGP (Border Gateway Protocol), no período de 36 (trinta e seis) meses
	Instalação e configuração do item acima

7.3. Os bens fornecidos para o correto funcionamento do objeto contratado deverão ser novos, de primeiro uso, em suas embalagens originais devidamente lacradas e identificadas, conforme especificação técnica exigida. Caso haja licença(s) envolvida(s), a(s) mesma(s) deverá(ão) ser também entregue(s).

7.4. Fica estabelecido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após recebimento do objeto, conforme a fase 1 do **item 7.2** entregue, para se efetuar os testes e verificações mencionadas neste Termo de Referência e ANEXO I-A.

7.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade pela qualidade, ficando a licitante vencedora contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento exercido pela ANCINE.

7.6. Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega da fase 1, conforme **itens 7.1 e 7.2**, do certame ou ainda de sua totalidade, a LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar justificativas escritas e devidamente comprovadas, apoiando o pedido de prorrogação em ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato.

### 8. OBRIGAÇÕES DA ANCINE

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, **por servidor especialmente designado**, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 Apresentar o custo mensal do serviço que incluirá os custos de acesso à rede da licitante e/ou Internet, meio físico, manutenção, suporte técnico, mudanças de configuração (hardware e software) que estejam contempladas neste Termo de Referência e seu ANEXO I-A e equipamentos necessários;
- 9.2 Fornecer todos os softwares, hardwares e serviço necessário para a implementação, operacionalização, gerenciamento e o perfeito funcionamento dos produtos do objeto contratado, conforme especificações deste Termo de Referência e seu ANEXO I-A, e de sua proposta;
- 9.3 Fornecer equipamento de rede (switch, roteador, etc), caso necessário, completamente operacional, com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração proativa;
- 9.4 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.5 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.8 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.9 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.10 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.11 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.12 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.13 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.18 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 9.19 Ao final do Contrato, a Contratada deverá retirar todos os equipamentos físicos por ela instalados nas dependências da ANCINE.

## 10. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 10.1 As especificações técnicas e os quantitativos encontram-se detalhados no **ANEXO I-A** deste Termo de Referência.

## 11. CONDIÇÕES PARA ACEITE DO OBJETO

- 11.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 11.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da

Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

11.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

11.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

11.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.6. O produto objeto deste Termo de Referência será aceito pela Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) após verificação de conformidade das características do serviço disponibilizado em relação às especificações técnicas constantes no presente Termo de Referência e seu ANEXO I-A e na proposta da licitante vencedora contratada;

11.7. Somente será emitido o ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO, após verificação, por parte da Gerência de Tecnologia da Informação da ANCINE (SGI/GTI), de atendimento de todos os itens ofertados na especificação do presente Termo de Referência e seu ANEXO I-A. Assim sendo, somente será emitido o ACEITE DO OBJETO contratado após a conclusão do TESTE e ACEITAÇÃO PLENA do serviço.

11.8. A partir do ACEITE DEFINITIVO DO OBJETO a contratada poderá faturar seu serviço, devendo observar a proporção da cobrança no primeiro mês, caso o aceite se dê após o primeiro dia do mês.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

12.1.5. cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar À CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. Multa de:

12.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

12.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

12.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3, 12.2.4 e 12.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

12.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### 13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. O FABRICANTE do produto ofertado deverá:

13.2. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

13.3. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

13.4. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

13.5. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

13.6. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

13.7. Recomenda-se a consulta do “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” da CGU/AGU, disponível no link Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

### 14. DO FUNDAMENTO LEGAL E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. A presente aquisição se dará mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com esteio legal nos termos da Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005 e, ainda, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993.

14.2. As propostas serão julgadas e adjudicadas pelo menor preço global.

### 15. DA DESTINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS APÓS O TÉRMINO DO CONTRATO

15.1. Com o Término do contrato, a CONTRATADA deverá recolher todos os equipamentos que foram instalados e configurados nas dependências da ANCINE e que fizeram parte da solução do serviço contratado, conforme as Especificações Técnicas contidas no

ANEXO I-A, deste Termo de Referência.

## 16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.1.1. Somente a instalação será paga em uma única vez junto com o 1º (primeiro) pagamento do serviço prestado, conforme item 6 deste Termo de Referência, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Este 1º (primeiro) pagamento deverá ser proporcional, caso o ACEITE seja feito após o dia inicial do mês, e deverá obedecer ao item 16.3.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:
- 16.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 16.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 16.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 16.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 16.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 16.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas com a execução desta contratação correrão à conta dos recursos consignados do Orçamento Geral da ANCINE conforme exercício abaixo:

Exercício-Financeiro	Valor
2018	R\$ 47.769,24

PLOA 2019	R\$ 189.743,60
PLOA 2020	R\$ 189.743,60
PLOA 2021	R\$ 142.307,73

## 18. PRAZO DE VIGÊNCIA:

- 18.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 36 (trinta) meses.
- 18.2. O prazo de vigência da contratação pode ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
- 18.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 18.2.2. A Contratante mantenha interesse na realização do serviço;
- 18.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante;
- 18.2.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação;
- 18.2.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 18.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 18.4. Fica facultado à ANCINE rescindir o instrumento contratual, antecipadamente e a seu juízo, no interesse da Administração, devendo a CONTRATADA ser comunicada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

## 19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 19.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 19.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- 19.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (Anexo I-A) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 19.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 19.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 19.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 19.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 19.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 19.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 19.13. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 19.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de

qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

## **21. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

21.1. Esta contratação submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.

## **22. DA SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto tão somente no que tange a instalação do serviço, conforme item 1.2 deste Termo de Referência (INSTALAÇÃO).

22.2. Na hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **23. DO CONSÓRCIO**

23.1. Fica vedado a participação de empresas reunidas na forma de consórcio. A contratação em questão não envolve serviço de grande vulto e/ou alta complexidade técnica que justifique a possibilidade desta modalidade.

## **24. DA GARANTIA**

24.1. Todos os equipamentos fornecidos pela Contratada deverá possuir garantia conforme prazo contratual firmado ente as partes.

## **25. DA VISTORIA**

25.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de proposta, a LICITANTE poderá realizar vistoria nos locais de entrega da solução, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 12h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3037-6424 e/ou (21) 3037-6382. Esta vistoria é facultativa e não acarreta em nenhum ônus na participação no certame;

25.2. Endereço para vistoria: Avenida Graça Aranha, 35 Centro - Rio de Janeiro/RJ;

25.3. Caso haja mais de um licitante interessado em realizar a vistoria técnica, a ANCINE irá verificar o melhor dia e horário para o agendamento e comunicará ao interessado. Isto é necessário para que não haja vistoria concomitantes para dois ou mais licitantes no mesmo dia/horário;

25.4. Admite-se que a visita técnica seja realizada por profissional terceirizado pela empresa interessada no certame, podendo a licitante contratar técnico ou outro profissional para a realização da visita, não sendo necessário que seja realizada por funcionário quadro permanente da licitante. Para isso, é necessário que a licitante informe os dados do profissional para acesso às instalações da ANCINE;

25.5. O prazo para vistoria compreende o primeiro dia útil seguinte à publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura do Pregão Eletrônico.

## **26. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

26.1. Apresentar atestados de Capacidade Técnica, através de cópia autenticada, concedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenha prestado serviço(s) compatível(is) com o objeto ora licitado, entendendo-se como serviço(s) compatível(is) aquele(s) referente(s) a serviços de garantia, suporte, instalação e configuração dos produtos.

## **27. ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**

27.1. Todas as informações contidas neste documento são estritamente confidenciais e fornecidas com a finalidade, exclusiva, de PESQUISA DE PREÇO, e não deverão ser utilizadas para nenhuma outra finalidade. As informações contidas neste Termo de Referência e seu ANEXO I-A são exclusivas e confidenciais da ANCINE, não podendo ser utilizadas nem reveladas de nenhuma forma.

27.2. Relativamente aos dados e informações da ANCINE, o Fornecedor declara que:

27.2.1. Salvo determinação judicial ou legal em contrário, manterá as “Informações Confidenciais” em boa guarda e sigilo e não divulgará a qualquer pessoa física ou jurídica sem o consentimento expresso da ANCINE.

27.2.2. “Informação Confidencial” define-se como aquela assim explicitamente classificada.



27.2.3. Por solicitação da ANCINE, o Fornecedor devolverá toda e qualquer Informação Confidencial.

## 28. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

28.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

28.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 29. DA RESCISÃO

29.1. O contrato advindo deste Termo de Referência poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

29.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

29.3. Fica facultado à ANCINE rescindir o instrumento contratual, antecipadamente e a seu juízo, no interesse da Administração, devendo a CONTRATADA ser comunicada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

29.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

29.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

29.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

29.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

29.5.3. Indenizações e multas.

## 30. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

30.1. O serviço deverá ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

30.2. Fornecer circuito com disponibilidade de 24x7 e garantia de 100% (cem por cento) da banda contratada. A empresa manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800), para registro, acompanhamento, resolução de problemas, em caso de falhas e interrupções, e esclarecimentos de dúvidas;

30.3. Prestar o serviço de telecomunicação com gerenciamento pró-ativo por parte da CONTRATADA, de forma contínua e independentemente de dia e horário. A presença de gerenciamento pró-ativo significa que a CONTRATADA deverá ser capaz de detectar falhas ocorridas entre os pontos da Rede, de forma autônoma e independentemente de notificação ou assistência por parte dos técnicos da ANCINE, dando início aos procedimentos de correção de falhas;

30.4. A contratada deverá prestar serviço de manutenção e suporte técnico ao longo da vigência do serviço, destinado a:

30.4.1. Restabelecimento de serviço interrompido ou degradado;

30.4.2. Solução de problemas de configuração e falhas técnicas no serviço;

30.4.3. Esclarecimentos de dúvidas sobre configurações e utilização do serviço;

30.4.4. Implementação de novas funcionalidades.

30.5. A taxa de disponibilidade mensal do acesso para o serviço ofertado, **deverá ser de no mínimo 99,4%** (noventa e nove vírgula quatro por cento), de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço não poderá superar o total de **4 horas, 19 minutos e 12 segundos por mês**;

30.6. Para efeito de apuração do serviço prestado, será utilizado o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), constante no item 4 do **ANEXO I-A**.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Conde Pires Lopes, Analista Administrativo**, em 10/09/2018, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tamberlini Alves, Gerente de Tecnologia da Informação**, em 10/09/2018, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Hanna Malta De Castro, Analista Administrativo**, em 11/09/2018, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 11 da RDC/ANCINE nº 66 de 1º de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0977120** e o código CRC **F03A0A00**.

## ANEXO I-A

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento descreve a especificação técnica para a contratação de empresa prestadora de serviços de telecomunicação de dados na forma de instalação, manutenção e operação referente ao acesso exclusivo a rede mundial Internet através do protocolo BGP, incluindo o fornecimento de circuito de comunicação de dados para o Escritório Central da Agência Nacional do Cinema situado na cidade de Rio de Janeiro/RJ.

### 2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Os itens são:

<i>Item</i>	<i>Objeto</i>	<i>Qtde.</i>
1	Prestação de serviços de conexão e trânsito IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet de 1 (um) Gbps, utilizando o protocolo BGP (Border Gateway Protocol) + INSTALAÇÃO	01

2.2. Os preços referentes aos serviços deverão ser discriminados da seguinte forma:

2.2.1. Instalação, a ser paga uma única vez durante toda a vigência contratual para o fornecimento de acesso dedicado à Internet para a ANCINE, com roteamento do protocolo BGP configurado como *Autonomous System* (AS), conforme o ANEXO I-A. Caso haja prorrogação do contrato, este pagamento deverá ser desconsiderado, visto que o mesmo já foi pago em tempo anterior.

2.2.2. Custo mensal do serviço que incluirá os custos de acesso à rede da licitante e/ou Internet, meio físico, manutenção, suporte técnico, mudanças de configuração (hardware e software) que estejam contempladas neste termo de referência e equipamentos necessários.

2.2.3. Este valor será pago mensalmente independentemente do nível de utilização e sobre o qual incidirá as penalidades, caso existam. Todos os impostos cabíveis deverão estar incluídos no preço.

### 3. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - IMPLANTAÇÃO DA REDE INTERNET ANCINE-GRAÇA ARANHA

3.1. A Contratada deverá apresentar, em **até 45 (quarenta e cinco) dias corridos** após a assinatura do contrato com o ANCINE, um “Plano de Implantação dos Serviços”, que deverá contemplar os seguintes requisitos:

3.2. Instalação do ponto de acesso, Equipamentos de Comunicação de Dados, enlaces e execução de todas as configurações necessárias para a Rede Internet ANCINE-GRAÇA ARANHA;

3.3. Disponibilidade das informações que deverão ser apresentadas pela Contratada presentes neste Termo de Referência e seu ANEXO I-A;

3.4. Indicação dos técnicos responsáveis pela implantação dos serviços referidos, incluindo informações necessárias para realizar os contatos;

3.5. Geração e entrega de documentação referente à todo o processo de implantação/configuração dos serviços contratados. Esta documentação deverá ser entregue após todas as configurações finais e deverá ser gerada em formato documento texto (exemplos: .doc, .docx ou .odt) e em PDF. O aceite definitivo está condicionado à aprovação deste documento pela equipe de TI da ANCINE.

3.6. A implantação dos serviços contratados somente poderá ser iniciada após a aprovação, por parte da equipe técnica da ANCINE, do “Plano de Implantação dos Serviços”.

3.7. O “Plano de Implantação dos Serviços” deve ser submetido à aprovação da equipe técnica da ANCINE, que terá 5 (cinco) dias úteis para sua análise e validação ou para solicitar eventuais ajustes.

3.8. Caso haja necessidade de algum ajuste, o novo plano, contemplando as alterações necessárias, será novamente submetido à aprovação da equipe técnica da ANCINE, que terá 3 (três) dias úteis para análise e validação das alterações.

3.9. Não será considerada justificativa de prorrogação do prazo de entrega e de instalação dos serviços, o fato de haver negociação prolongada entre a Contratada e a ANCINE para finalizar o plano de migração, desde que sejam cumpridos os prazos estabelecidos para a análise da ANCINE.

3.10. A fase de implantação dos serviços será considerada concluída pela ANCINE somente quando, sempre dentro dos níveis de serviço estabelecidos em contrato, simultaneamente:

3.10.1. A Central de Atendimento da Contratada puder ser contatada pela gerência de rede da ANCINE através de ligação telefônica gratuita (0800).

3.10.2. A totalidade da capacidade de tráfego simétrico contratado estiver disponível. Esta totalidade da capacidade de tráfego deverá ser tanto para download quanto para upload, conforme velocidade contratada informada neste Termo de Referência.

3.10.3. A contratada é responsável por gerar relatório de teste de throughput e latência com ferramentas de análise de tráfego profissional (como exemplo – ferramenta Ethernet Analyzer ETS 1000 ou similar) contemplando a velocidade contratada desde a camada 1 (nível físico) até a camada 3 (experiência do usuário).

3.10.4. Para complementar o referido teste, poderá ser utilizado site de análise de tráfego como o SIMET (<https://simet.nic.br/>) ou outro similar homologado pela ANCINE.

### 4. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

4.1. A violação de qualquer um dos níveis de serviço, definidos ao longo deste contrato, só poderá ser desconsiderada pela ANCINE quando for decorrente de uma das seguintes ocorrências, descritas a seguir:

4.1.1. Falha em algum equipamento de propriedade da ANCINE.

4.1.2. Falha decorrente de procedimentos operacionais da ANCINE.

4.1.3. Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela ANCINE.

4.1.4. Eventual interrupção programada, quando necessária ao aprimoramento e à implantação de adequações do serviço, desde que previamente informada, negociada e autorizada pela ANCINE.

#### 4.2. **Regime de Operação:**

4.2.1. A Rede Internet ANCINE-GRAÇA ARANHA deverá estar em operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4.2.2. A ANCINE poderá, a qualquer momento, solicitar a mudança dos membros da equipe técnica de acompanhamento de serviços, sendo a mudança comunicada formalmente à Contratada.

#### 4.3. **Índice de Disponibilidade dos Serviços:**

4.3.1. A CONTRATADA deverá garantir índice de disponibilidade mínima do circuito de **99,4% (noventa e nove vírgula quatro por cento)**;

4.3.2. O Índice de Disponibilidade Mensal será calculado através da seguinte fórmula:

$$IDM = ((Tm - Ti) / Tm) * 100$$

Onde:

**IDM** é o Índice de Disponibilidade Mensal dos serviços, mencionado no tópico

**Ti** é o somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, no mês de faturamento.

**Tm** é o Tempo Total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento.

4.3.3. Caso seja detectada a indisponibilidade do link, esta será caracterizada pela limitação de uso do objeto contratado e consequente propagação dos efeitos da falha;

4.3.4. Não serão computadas no cálculo da disponibilidade mensal até 4 (quatro) interrupções anuais do serviço, a serem utilizadas como janelas para manutenção preventiva, desde que agendadas em comum acordo com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, não ultrapassem 2 (duas) horas cada interrupção e sejam iniciadas e finalizadas dentro do período das 18:00 horas às 07:00 horas;

4.3.5. Será considerada indisponibilidade quando ocorrer qualquer tipo de problema no ponto de acesso – enlaces e Equipamentos de Comunicação de Dados, ou no backbone - que impeça a transmissão ou a recepção de pacotes através dele;

4.3.6. Os intervalos de tempo em que, qualquer enlace integrante do ponto de acesso, apresentar aferições do percentual de pacotes com erros superiores ao valor especificado no tópico 4.4, serão considerados como períodos de indisponibilidade;

4.3.7. Os intervalos de tempo em que qualquer enlace integrante do ponto de acesso apresentar aferições do percentual de descarte de pacotes superior ao valor especificado no tópico 4.5, serão considerados como períodos de indisponibilidade;

4.3.8. Sempre que pelo menos duas aferições referentes aos tópicos acima estiverem acima do limite máximo permitido, e durante os mesmos intervalos de tempo de um mesmo dia, será computado o período de indisponibilidade associado a ela;

4.3.9. Para o cálculo do índice de disponibilidade, o “Tempo Total Mensal” será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (um mil quatrocentos e quarenta) minutos;

4.3.10. Mensalmente, juntamente com as notas fiscais de faturamento, a Contratada deverá apresentar relatório referente aos períodos de indisponibilidade na porta de comunicação. O relatório é essencial para a liberação do pagamento da fatura, ficando, por conseguinte, adiado todo o pagamento até a apresentação do relatório e o aceite do ANCINE;

#### 4.3.11. **O relatório mensal mencionado neste Termo de Referência deverá contemplar o serviço abaixo:**

4.3.12. Serviço de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à Internet pelo escritório do Rio de Janeiro/RJ, com velocidade mínima de 1 Gbps (um gigabit por segundo);

4.3.13. Neste relatório, deverá ser detalhado o dia, o período e as causas de cada uma das indisponibilidades ocorridas, o somatório total em minutos de todas as ocorrências e o cálculo do percentual de disponibilidade correspondente ao período de faturamento;

4.3.14. O relatório, enviado mensalmente, também deverá contemplar as Estatísticas de desempenho da Rede. Deverá ser gerada através do uso de SNMP, ICMP ou de algum outro protocolo de controle de rede, e fornecerá as seguintes informações:

4.3.14.1. Topologia do serviço disponibilizado;

4.3.14.2. Consumo de CPU e consumo de memória do CPE, quando disponível;

4.3.14.3. Utilização de banda para cada interface do CPE (quando disponível), informando o volume tráfego (em bits e pacotes);

4.3.14.4. Percentual de descarte de pacotes para a interface do CPE (quando disponível);

4.3.14.5. Percentual de pacotes com erros para as interfaces do CPE (quando disponível).

4.3.15. Este relatório mensal, deverá ser mantido atualizado com uma frequência não superior a 10 (minutos) minutos.

4.3.16. Mensalmente, caso o Índice de Disponibilidade Mensal seja inferior ao especificado no tópico 4.3.2, a Contratada deverá calcular o total de desconto a ser aplicado no valor da fatura, de acordo com a seguinte fórmula:

$$Vd = Cm * ((100 - IDM) / 100)$$

Onde:

**Vd** é o valor do desconto.

**Cm** é o custo mensal dos serviços prestados.

**IDM** é o Índice de Disponibilidade Mensal dos serviços, mencionado no tópico

#### 4.4. Gerência de Rede Pró-ativa e Central de Atendimento:

4.4.1. Caberá a Contratada gerenciar de forma pró-ativa até a sua última milha dentro do CPE (*Customer Premises Equipment*) da Ancine, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, garantindo os níveis de serviço contratados fim-a-fim, percentual de pacotes com erros, percentual de descarte de pacotes, disponibilidade e desempenho da rede contratada. Para isso, a contratada poderá instalar equipamento (switch, roteador, etc) no CPE Ancine para entrega do circuito e seu efetivo monitoramento e, em paralelo prover subsídios para a confecção do relatório mensal, conforme item 4.3.11;

4.4.2. A gerência pró-ativa inclui o fornecimento de uma Central de Atendimento, que também estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que fará o registro e acompanhamento dos chamados, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas;

4.4.3. A Central de Atendimento da Contratada deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas gratuitas (0800), a serem realizadas pelos técnicos da ANCINE, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam os serviços contratados e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o serviço, tendo como limite de 2 (duas) horas para resolução total do problema, em caso de falhas ou interrupções;

4.4.4. A CONTRATADA deverá acolher e registrar qualquer reclamação em, no máximo, 30 (trinta) minutos após a ANCINE ter iniciado o procedimento de chamada. Após o registro da reclamação, a CONTRATADA deverá contactar a ANCINE no prazo máximo de 1 (uma) hora fornecendo um primeiro diagnóstico quanto à falha e previsão de restabelecimento do serviço, inclusive, fornecendo instruções para a sequência de acompanhamento da reclamação, conforme tabela - item 4.4.10, prioridade 0 (zero) – interrupção da comunicação;

4.4.5. Caso seja uma situação de degradação da comunicação e/ou perda de monitoração (prioridade 1 (um)), a Central deverá retornar o atendimento num prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da abertura do chamado;

4.4.6. Para solicitação diversas (Prioridade 2 (dois)), o retorno do status do atendimento deverá ser de no máximo 4 (quatro) horas, após a abertura do chamado;

4.4.7. A prestação do serviço de telecomunicação incluirá, obrigatoriamente, gerenciamento pró-ativo por parte da CONTRATADA, de forma contínua e independentemente de dia e horário. A presença de gerenciamento pró-ativo significa que a CONTRATADA deverá ser capaz de detectar falhas ocorridas entre os pontos, de forma autônoma e independentemente de notificação ou assistência por parte dos técnicos da ANCINE, dando início aos procedimentos de correção de falhas;

4.4.8. No caso de ações de detecção e correção de falhas, a responsabilidade da ANCINE e seus técnicos designados fica limitada a franquear acesso físico aos locais de instalação dos equipamentos da CONTRATADA e a facilitar o transporte e substituição de peças ou outros elementos de infraestrutura;

4.4.9. Pela natureza da atividade da ANCINE, os serviços, objeto da presente licitação, deverão propiciar segurança física dos dados. Para efeito desta licitação, entende-se como segurança física a proteção contra o acesso não autorizado aos links, dados e dispositivos da licitante;

4.4.10. Os chamados realizados pela ANCINE à Central de Atendimento deverão ser imediatamente enquadrados em uma categoria de prioridade, conforme especificado na tabela abaixo, sendo que a Contratada deverá atender aos prazos especificados nas colunas "Retorno de Status de Atendimento" e "Prazo Limite para Resolução":

Prioridade	Retorno de Status de Atendimento	Prazo Limite para Resolução	Situações cobertas
0	1 hora	4 horas	Interrupção da comunicação.
1	2 horas	8 horas	Degradação da comunicação e/ou

			Perda de monitoração.  Link apresentando erros acima do razoável, latência excessiva ou largura de banda inferior à contratada ou Perda de monitoração.
2	4 horas	48 horas	Solicitações diversas (configurações não críticas, esclarecimento de dúvidas, implementação de novas funcionalidade).

4.4.11. O termo “Retorno de Status de Atendimento” se refere à ligação telefônica a ser efetuada pela Central de Atendimento da Contratada para a gerência de redes da ANCINE, nos eventos indicados no quadro acima;

4.4.12. A coluna “Prazo Limite para Resolução”, refere-se ao tempo decorrido entre a detecção de uma interrupção, falha ou alteração no serviço de rede contratado, conforme a coluna “situações cobertas”, e a sua efetiva resolução;

4.4.13. Na ocorrência de qualquer falha no backbone, na rede de acesso ou nos Equipamentos de Comunicação de Dados, caberá à gerência de rede da Contratada iniciar, de forma pró-ativa, o processo de recuperação de falhas, fazendo o registro histórico de todos os eventos até a completa resolução do problema.

4.4.14. Os tempos de recuperação definidos no item 4.4.10 serão computados a partir do recebimento da solicitação de reparo pela central de atendimento da CONTRATADA, até a comunicação do término desse reparo à CONTRATANTE;

4.4.15. Quando não for possível a abertura de chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas da ANCINE.

4.4.16. Portanto, para efeitos de cálculo, o período de indisponibilidade será contabilizado a partir do início da falha geradora, independentemente de comunicação da ANCINE à CONTRATADA, até o momento em que o circuito for consensualmente dado como restaurado.

## 5. DESEMPENHO TÉCNICO

5.1. O circuito do serviço contratado deverá manter os índices de qualidade e disponibilidade abaixo descritos:

PARÂMETRO	DEFINIÇÃO	ÍNDICE MÁXIMO
Latência (ms)	É o tempo médio de trânsito (ida e volta – roundtrip) de um pacote de 64 bytes entre dois pontos do Backbone. É usada a média do Backbone considerando o Centro de Gerenciamento da Rede e cada um dos Centros de Roteamento.	≤ 40
Perda de Pacotes (%)	É a taxa de falha na transmissão de pacotes IP entre dois pontos do Backbone. É usada a média do Backbone considerando o Centro de Gerenciamento da Rede e cada um dos Centros de Roteamento. <b>OBS: Esse parâmetro também será avaliado no ato da instalação do circuito, quando deverá exibir a qualidade solicitada ao final de um teste de 2 (duas) horas consecutivas.</b>	1
Disponibilidade (%)	É o percentual de tempo no qual a rede está operacional em um período de tempo. É considerado o ROTEADOR DE ACESSO (do Backbone) no qual está instalada a Porta de Conectividade IP do Cliente. Poderá ser considerado, também, o link da Contratada até o ROTEADOR de BORDA da Contratante, no caso do serviço de roteamento do protocolo BGP.	99,4

5.2. Percentual de pacotes com erros admitidos:

5.2.1. A métrica percentual de pacotes com erros se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes transmitidos/recebidos para cada pacote transmitido/recebido com erro em um determinado enlace;

5.2.2. Diariamente, entre 00h00min e 23h59min, a Contratada deverá realizar aferições do percentual de pacotes com erros para o enlace integrante do ponto de acesso, através da monitoração da interface WAN. As aferições serão feitas na interface, por direção (entrada e saída do tráfego), apresentando essas informações em valores referentes a cada intervalo de 10 (dez) minutos, sendo o limite aceitável, pela Contratada, de erros de até 2% (dois percentuais) do total de pacotes trafegados na interface e direção;

5.2.3. Para cada valor da taxa de erros por pacotes acima do limite permitido, será computado o período de indisponibilidade de 10 (dez) minutos na fórmula apresentada no tópico 4.3.2.

5.3. Percentual Máximo de Descarte de Pacotes:

5.3.1. A métrica percentual de descarte de pacotes se refere à relação existente entre a quantidade de pacotes transmitidos/recebidos para cada pacote transmitido/recebido descartado em um determinado enlace;

5.3.2. Diariamente, entre 00h00min e 23h59min, a Contratada deverá realizar aferições do percentual de descarte de pacotes para cada enlace integrante do ponto de acesso, através da monitoração das interfaces dos roteadores de acesso e do backbone participante do enlace. As aferições serão feitas em cada interface, por direção (entrada e saída do tráfego), apresentando essas informações em valores

referentes a cada intervalo de 10 (cinco) minutos, sendo o limite aceitável, pela Contratada, para descarte de pacotes de até 2% (dois percentuais) do total de pacotes trafegados em cada interface e direção. Serão desconsiderados os valores que ultrapassem este limite quando a Contratada comprovar a utilização (tráfego) superior a 80% da velocidade do respectivo enlace no mesmo intervalo;

5.3.3. Sempre que o percentual de descarte de pacotes for superior ao limite máximo permitido, será computado o período de indisponibilidade de 10 (dez) minutos na fórmula apresentada no tópico 4.3.2.

5.4. O tópico relativo às estatísticas de desempenho, conforme item 5.1, visa garantir a avaliação do comportamento do serviço prestado, identificando a necessidade de alteração de largura de banda, os períodos característicos de utilização, etc.

5.5. O retardo máximo desejável de ida e volta (round trip delay) para transmissão de dados interno ao Backbone da contratada, desde o(s) CPE(s) instalado(s) no Escritório Central da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha, até o(s) roteador(es) de interconexão com o(s) AS internacionais, deverá ser de até 100 ms (cem milissegundos).

5.6. A taxa de erro de bits (bit error rate) na última milha, deve ser melhor do que 10<sup>-8</sup> (dez elevado a menos oito), medida por instrumentos adequados e seguindo práticas consagradas.

## 6. INTERRUÇÃO DO SERVIÇOS – DESCONTO NA PRÓXIMA FATURA

6.1. A taxa de disponibilidade mensal do acesso para o serviço ofertado, conforme item 2 deste ANEXO I-A, **deverá ser de no mínimo 99,4%** (noventa e nove vírgula quatro por cento), de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço não poderá superar o total de **4 horas, 19 minutos e 12 segundos por mês**.

6.2. Para efeito de descontos, o tempo de interrupção deverá ser considerado entre o início da interrupção registrada pela gestão pró ativa da CONTRATADA ou equipe técnica da ANCINE (quando não for possível registrado chamado) e a sua total recuperação, após informação à ANCINE.

6.3. O valor do desconto será aplicado no mês imediatamente subsequente ao mês no qual ocorreram os fatos que originaram os descontos, tendo como base o valor vigente do acesso do mês da ocorrência da interrupção.

6.4. Não serão concedidos descontos por interrupção, na ocorrência dos eventos ocasionados por operação inadequada por parte da ANCINE, ocasionadas por falha em sua infraestrutura e por falhas na rede elétrica interna ou externa.

## 7. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE IMPLANTAÇÃO

### 7.1. REQUISITOS DO BACKBONE

7.1.1. O backbone oferecido deverá, através de canais próprios e dedicados, interligar-se diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais e a pelo menos 1 (um) sistema autônomo internacional. O somatório das bandas de saída entre os AS (Nacional e Internacional) deverá ser de, no mínimo, 1,5 Gbps.

7.1.2. Possuir, pelo menos, 2 (dois) pontos de conexão a outros provedores que sejam Autonomous System (AS), com velocidade de, no mínimo, 600 Mbps.

7.1.3. Suportar configuração de roteamento Border Gateway Protocol (BGP). A CONTRATADA vencedora deverá observar os requisitos definidos para a configuração necessária, conforme este Termo de Referência.

7.1.4. Não possuir limites nem restrição à quantidade de dados trafegados, tais como “traffic shaping”.

### 7.2. REQUISITOS DO PONTO DE ACESSO ENTRE O DATACENTER ANCINE-GRAÇA ARANHA E A INTERNET

7.2.1. A conexão entre cada porta de comunicação WAN do Equipamento de Comunicação de Dados, instalado pela Contratada na ANCINE e o Backbone da Contratada, deverá ser exclusiva e dedicada para conexão IP de acesso à Internet pelo Escritório Central da ANCINE.

7.2.2. A Contratada deverá interligar o ponto de acesso à rede interna da ANCINE, localizada no escritório da Av Graça Aranha no CPE instalado, por meio de uma interface do tipo Gigabit Ethernet, operando em velocidade de 1 Gbps. A entrega do circuito deve ser em meio óptico, podendo a conexão ao equipamento da ANCINE ser disponibilizada diretamente através de um SFP ou por meio de par trançado através de conversor de mídia (caso use fonte separada, a mesma deverá ser bivolt - 110v/220v). No caso da conexão ser realizada por SFP, a prestadora do serviço deve fornecer este item.

7.2.3. O enlace de dados entre a rede da ANCINE e o POP da contratada, deve ser implementado por meio exclusivo e totalmente terrestre, por meio de fibras óticas, não se admitindo em nenhuma hipótese, nem mesmo como contingência, o uso de enlace por satélite ou enlace por rádio ponto a ponto, em qualquer trecho.

7.2.4. O circuito fornecido pela empresa CONTRATADA deverá ter disponibilidade de 24x7, com garantia de 100% (cem por cento) da banda contratada.

7.2.5. A CONTRATADA deverá fornecer todos os softwares, hardwares e serviços necessários para implementação, operacionalização e gerenciamento dos mesmos, bem como, o perfeito funcionamento do circuito.

7.2.6. Obedecer às recomendações elaboradas pela Eletronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association (EIA/TIA) e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers).

### 7.3. REQUISITOS GERAIS DE CONEXÃO INTERNET

7.3.1. Fornecimento de acesso dedicado à Internet para a ANCINE, com roteamento do protocolo BGP configurado como Autonomous System (AS).

7.3.2. A instalação e ativação compreendem a execução da infraestrutura necessária para o serviço de acesso dedicado à Internet no local designado conforme descrito neste Termo de Referência, bem como a ativação do acesso de acordo com as especificações adiante, incluindo o roteamento de protocolo BGP.

7.3.3. A instalação e ativação do acesso não poderão interferir em outra estrutura de comunicação existente na ANCINE. Quaisquer danos eventualmente causados deverão ser reparados pela contratada sem custo para a ANCINE.

7.3.4. A CONTRATADA deverá prover os recursos e equipamentos necessários para a execução do objeto.

7.3.5. O prazo de instalação e ativação dos serviços será de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

### 7.4. REQUISITOS DOS SERVIÇOS

7.4.1. O acesso deverá ser provido em regime integral, (24 x 7), com a velocidade e a taxa de disponibilidade contratadas, sem interrupção da comunicação ou redução de velocidades fora do horário comercial ou em finais de semana e feriados.

7.4.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar trânsito para os blocos IP da ANCINE através de sessões BGP IPv4 e IPv6, fornecendo tabelas *full routing* para ambos os casos.

7.4.3. A CONTRATADA não poderá executar qualquer tipo de filtro ou proxy sobre o tráfego originado ou destinado à ANCINE por meio do link contratado.

7.4.4. A CONTRATADA deverá garantir largura de banda simétrica (download/upload) de 100% da velocidade contratada, em link único não sendo aceita a agregação de múltiplos links para atingir a velocidade contratada.

7.4.5. O percentual acima se refere à capacidade de tráfego com a Internet, incluindo a infraestrutura própria e o(s) backbone(s) que a contratada subcontrate de outras empresas.

### 7.5. REQUISITOS DE CONEXÃO À REDE DA ANCINE

7.5.1. A conexão do link de dados se dará por meio dos seguintes ativos de rede próprios da ANCINE:

7.5.1.1. Fisicamente, com roteador ou algum outro equipamento de rede indicado pela ANCINE;

7.5.1.2. Logicamente, com o roteador que implementará o protocolo BGP.

7.5.2. Durante a implantação, a ANCINE informará os requisitos de conexão aos seus ativos de rede disponibilizados. Estas configurações deverão ser realizadas conforme descrição neste Termo de Referência.

7.5.3. A ANCINE será responsável por comunicar à Contratada seu número de AS e a respectiva faixa de endereçamento IPv4 e IPv6.

7.5.4. Condições para uso e propagação de rotas do Autonomous System (AS) à Internet:

7.5.4.1. A ANCINE deverá receber em seu roteador a **tabela de roteamento IP completa** (*full-route table*) de todos os endereços IP registrados mundialmente pelas autoridades internacionais: LACNIC, AFRINIC, APNIC, ARIN e RIPE, tanto para IPv4 quanto para IPv6.

7.5.4.2. A Contratada deverá anunciar os blocos IPs (IPv4 e IPv6) do ASN da ANCINE para seus provedores de trânsito, através do protocolo BGP, de modo que estes blocos IPs sejam vistos na tabela de roteamento global da Internet.

7.5.4.3. A Contratada deverá dimensionar os recursos e equipamentos necessários para recebimento do tráfego da Internet, assim como troca de informações das tabelas de roteamento à rede da ANCINE de forma a evitar a degradação do serviço Internet por elevado consumo de processamento ou memória dos seus equipamentos.

7.5.4.4. A Contratada deverá configurar em sua infraestrutura de backbone mecanismos para identificar e evitar que o acesso (Link Internet) da ANCINE torne-se um ponto de trânsito ou troca de tráfego entre os Provedores de Internet mundiais.

7.5.4.5. A ANCINE irá estabelecer sessões BGP com a Contratada com a finalidade de anunciar os blocos IPv4 e IPv6 pertencentes a seu ASN.

7.5.4.5. O tamanho de MTU (Maximum Transmission Unit) ou Unidade Máxima de Transmissão, deve ser de, no mínimo, 1500 bytes por pacote IP.

## 8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (RESUMO):

- 8.1. O serviço deverá ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 8.2. Fornecer circuito com disponibilidade de 24x7 e garantia de 100% (cem por cento) da banda contratada. A empresa manterá, durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800), para registro, acompanhamento, resolução de problemas, em caso de falhas e interrupções, e esclarecimentos de dúvidas;
- 8.3. Prestar o serviço de telecomunicação com gerenciamento pró-ativo por parte da CONTRATADA, de forma contínua e independentemente de dia e horário. A presença de gerenciamento pró-ativo significa que a CONTRATADA deverá ser capaz de detectar falhas ocorridas entre os pontos da Rede, de forma autônoma e independentemente de notificação ou assistência por parte dos técnicos da ANCINE, dando início aos procedimentos de correção de falhas;
- 8.4. A contratada deverá prestar serviço de manutenção e suporte técnico ao longo da vigência do serviço, destinado a:
- 8.4.1. Restabelecimento de serviço interrompido ou degradado;
- 8.4.2. Solução de problemas de configuração e falhas técnicas no serviço;
- 8.4.3. Esclarecimentos de dúvidas sobre configurações e utilização do serviço;
- 8.4.4. Implementação de novas funcionalidades.
- 8.5. A taxa de disponibilidade mensal do acesso para o serviço ofertado, **deverá ser de no mínimo 99,4%** (noventa e nove vírgula quatro por cento), de modo que o somatório mensal das indisponibilidades do serviço não poderá superar o total de **4 horas, 19 minutos e 12 segundos por mês**;
- 8.6. Para efeito de apuração do serviço prestado, será utilizado o INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR), constante no item 4 deste **ANEXO I-A**.